

## ARTIGO 9.º

O presente Acordo será ratificado.

A troca dos instrumentos de ratificação efectuar-se-á em Bruxelas tão cedo quanto possível.

O presente Acordo vigorará pelo prazo mínimo de cinco anos. Decorrido este prazo, e se não tiver sido denunciado por uma das Partes Contratantes pelo menos seis meses antes da sua expiração, considerar-se-á renovado e continuará em vigor até seis meses depois da data em que qualquer das Partes Contratantes comunicar à outra a sua denúncia.

Em fé do que os plenipotenciários respectivos assinaram e apuseram os seus selos no presente Acordo.

Feito em Lisboa, aos 30 de Julho de 1955, em duplicado, nas línguas portuguesa e francesa, os dois textos fazendo igualmente fé.

Por Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa:

*Paulo Cunha.*

Por Sua Majestade o Rei dos Belgas:

*P. H. Spaak.*

## ARTICLE 9

Le présent Accord sera ratifié.

L'échange des instruments de ratification aura lieu à Bruxelles aussitôt que possible.

Le présent Accord entrera en vigueur pendant une durée minimum de cinq années. Après ce délai, et s'il n'a pas été dénoncé par l'une des Parties Contractantes au moins six mois avant l'expiration de cette période, il sera considéré comme renouvelé et restera en vigueur jusqu'à l'expiration de la période de six mois qui suivra la date à laquelle l'une ou l'autre des Parties Contractantes aura notifié sa dénonciation.

En foi de quoi les plénipotentiaires respectifs ont signé le présent Accord et y ont apposé leur sceau.

Fait à Lisbonne, le 30 juillet 1955, en double original, en langue portugaise et française étant entendu que les deux textes sont authentiques au même titre.

Pour Son Excellence le Président de la République Portugaise:

*Paulo Cunha.*

Pour Sa Majesté le Roi des Belges:

*P. H. Spaak.*

## MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares

## Decreto-Lei n.º 40 581

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. É aprovado, para ratificação, o Acordo de Sanidade Veterinária entre Portugal e a Espanha, assinado em Lisboa em 28 de Fevereiro de 1956, cujos textos em português e espanhol são os seguintes:

## Acordo de Sanidade Veterinária entre Portugal e a Espanha

Os Governos de Portugal e de Espanha, considerando necessária a conjugação dos esforços dos respectivos serviços veterinários para a defesa do espaço sanitário dos dois países, e desejando estabelecer e executar medidas respeitantes à vigilância fronteiriça, ao estudo e à aplicação de meios de luta epizootológica, à investigação e à preparação do pessoal técnico especializado, nomearam para este fim os seus plenipotenciários, os quais acordaram no seguinte:

## ARTIGO 1.º

Os dois Governos deverão estabelecer e manter nas respectivas fronteiras terrestres zonas de vigilância sanitária com a profundidade mínima de 10 km.

## ARTIGO 2.º

Serão mantidos em regime de registo e de inspecção sanitária permanentes os efectivos animais existentes nas zonas fronteiriças de vigilância.

## ARTIGO 3.º

Os serviços veterinários de ambos os países devem trocar todas as possíveis informações acerca dos casos de interesse epizootológico de que tenham conhecimento.

## ARTIGO 4.º

As competentes autoridades dos dois países deverão adoptar medidas semelhantes ou concordantes a fim de ser exercida uma vigilância sanitária eficaz do trânsito fronteiriço, relativamente aos animais e aos produtos susceptíveis de veicularem algum agente infectante.

## ARTIGO 5.º

Os dois Governos comprometem-se a cooperar, por intermédio dos respectivos serviços veterinários, no estudo e aplicação das medidas zooprofiláticas, na investigação científica e na preparação e contraste de meios biológicos de defesa sanitária.

## ARTIGO 6.º

Os serviços veterinários dos dois países facilitarão o conhecimento recíproco das técnicas laboratoriais de preparação e de contraste e procurarão promover o intercâmbio de estagiários escolhidos entre o pessoal técnico especializado.

## ARTIGO 7.º

A fim de ser assegurada a aplicação das disposições do presente Acordo, será constituída em cada um dos dois países uma comissão permanente, com a composição que for fixada pelos respectivos Governos.

## ARTIGO 8.º

Qualquer dos Governos contratantes poderá convocar, com a antecedência mínima de trinta dias, uma reunião conjunta das duas comissões permanentes, a fim de serem estudadas e estabelecidas as medidas a propor a cada um dos Governos para a realização dos objectivos deste Acordo e serem apreciados os benefícios da colaboração havida e os resultados das providências que tiverem sido tomadas em cada um dos países.

As reuniões serão efectuadas alternadamente em Portugal e Espanha, cabendo a presidência em cada reunião a um membro da comissão permanente do Estado em que a mesma se celebrar.

## ARTIGO 9.º

O presente Acordo será ratificado pelas duas Altas Partes Contratantes, nos termos das respectivas disposições constitucionais, e entrará em vigor provisoriamente no dia da sua assinatura e definitivamente no dia em que se efectuar a troca dos instrumentos de ratificação, que se efectuará em Lisboa.

## ARTIGO 10.º

O presente Acordo será válido por um período de um ano, sendo tácitamente prorrogado por iguais períodos sucessivos se não for denunciado por qualquer das Partes Contratantes pelo menos trinta dias antes do termo de cada ano de vigência.

Em fé do que os plenipotenciários dos dois Governos, devidamente autorizados, assinaram o presente Acordo.

Feito em Lisboa, no dia 28 de Fevereiro de 1956, em duplicado, nas línguas portuguesa e espanhola, fazendo fé ambos os textos.

Por Espanha:

*Nicolás Franco Bahamonde.*

Por Portugal:

*Paulo Cunha.*

### Acuerdo de Higiene y Sanidad Pecuarias entre España y Portugal

Los Gobiernos de España y Portugal, considerando necesaria la conjunción de los esfuerzos de los respectivos servicios de higiene y sanidad pecuarias para la defensa del espacio sanitario de los dos países, y deseando establecer y ejecutar las medidas relativas a la vigilancia fronteriza, al estudio y aplicación de medios de lucha epizootológica, a la investigación y la preparación del personal técnico especializado, han nombrado para este fin a sus plenipotenciarios, los cuales acordaron lo siguiente:

## ARTICULO 1.º

Los dos Gobiernos deberán establecer y mantener en sus respectivas fronteras terrestres zonas de vigilancia de higiene y sanidad pecuarias con la profundidad mínima de 10 km.

## ARTICULO 2.º

Serán mantenidos en régimen de registro y de inspección de higiene y sanidad pecuarias permanentes los efectivos animales existentes en las zonas fronterizas de vigilancia.

## ARTICULO 3.º

Los servicios de ganadería de ambos países deberán intercambiar todas las posibles informaciones acerca de los casos de interés epizootológico de que tengan conocimiento.

## ARTICULO 4.º

Las autoridades competentes de los dos países deberán adoptar medidas semejantes o concordantes a fin de que se ejerza una vigilancia de higiene y sanidad pecuarias eficaz del tránsito fronterizo, relativas a los animales y a los productos susceptibles de transportar algún agente infectante.

## ARTICULO 5.º

Los dos Gobiernos se comprometen a cooperar, por intermedio de los respectivos servicios de ganadería, en el estudio y aplicación de las medidas zooprofilácticas, en la investigación científica y en la preparación y contraste de medidas biológicas de defensa ganadera.

## ARTICULO 6.º

Los servicios de ganadería de los dos países facilitarán el conocimiento recíproco de las técnicas laborales de preparación y de contraste y procurarán promover el intercambio de técnicos escogidos entre el personal especializado.

## ARTICULO 7.º

A fin de asegurar la aplicación de las disposiciones del presente Acuerdo, se constituirá en cada uno de ambos países una comisión permanente, cuya composición será fijada por los respectivos Gobiernos.

## ARTICULO 8.º

Qualquiera de los dos Gobiernos contratantes podrá convocar, con la antelación mínima de treinta días, una reunión conjunta de las dos comisiones permanentes a fin de ser estudiadas y establecidas las medidas a proponer a cada uno de los dos Gobiernos para la realización de los objetivos de este Acuerdo y ser apreciados los beneficios de la colaboración habida y los resultados de las medidas que hubieren sido tomadas en cada uno de los dos países.

Las reuniones se efectuarán alternativamente en Portugal y España, correspondiendo la presidencia en cada reunión a un miembro de la comisión permanente del Estado en que la misma se celebre.

## ARTICULO 9.º

El presente Acuerdo será ratificado por las dos Altas Partes Contratantes en los términos de las respectivas disposiciones constitucionales, y entrará en vigor provisionalmente el día de su firma y de manera definitiva aquel en que se efectue el canje de instrumentos de ratificación, que tendrá lugar en Lisboa.

## ARTICULO 10.º

El presente Acuerdo será válido por el período de un año, siendo tácitamente prorrogado por iguales períodos sucesivos sino fuera denunciado por cualquiera de las Altas Partes Contratantes, por lo menos, treinta días antes del término de cada año de vigencia.

En fé de lo cual, los plenipotenciarios de los dos Gobiernos, debidamente autorizados, firman el presente Acuerdo.

Hecho en Lisboa, en 28 Febrero 1956, en dos ejemplares, en lenguas española y portuguesa, haciendo fé ambos textos.

Por Portugal,

*Paulo Cunha.*

Por España,

*Nicolás Franco Bahamonde.*

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 24 de Abril de 1956. — FRANCISCO HIGINIO CRAVEIRO LOPES — António de Oliveira Salazar — Marcello Caetano — Fernando dos Santos Costa — Joaquim Trigo de Negreiros — João de Matos Antunes Varela — António Manuel Pinto Barbosa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — Paulo Arsénio Viríssimo Cunha — Eduardo de Arantes e Oliveira — Raul Jorge Rodrigues Ventura — Francisco de Paula Leite Pinto — Ulisses Cruz de Aguiar Cortés — Manuel Gomes de Araújo — Henrique Veiga de Macedo.

Para ser presente à Assembleia Nacional.